

Política



“

Temos pressa, e esses projetos devem estar prontos antes do prazo que é para meados de 2026. No máximo até fevereiro. Talvez fiquem concluídos já antes do final do ano. E pretendemos licitar já no primeiro semestre do próximo ano”

Superintendente do Dnit em SC, **Amauri Souza Lima**, falando que estão previstos quase 20 quilômetros de terceiras faixas na BR-282, entre o km 30 e o km 85.

Polaco diz que havia denunciado a qualidade das obras

O vereador Ozair Coelho, Polaco, ocupou a tribuna na segunda-feira (18) para esclarecer o motivo da investigação do Gaeco, na Operação Stone. Segundo Polaco, a investigação é resultado de denúncias que ele fez contra empresários que não entregaram obras ou as entregaram com qualidade ruim. Ele disse que denunciou e chegou a acompanhar o serviço em algumas ruas e, em uma delas, chegou a ser interpelado e afastado do local e lá verificou que o asfalto não atendia às especificidades do contrato. Tinha quatro centímetros de espessura a menos do que o previsto. Chegou a propor a instalação de uma comissão processante na casa, lembrou ele. Garante que acompanhou as obras, chegou a conversar com o secretário de Obras da época, mas de nada adiantou. Diz que recebia muitas denúncias quanto a qualidade da obra executada através dos seus mais de 30 grupos de whatsapp. Isso sem contar os seus inúmeros pedidos de informações enviados à administração, sem resposta. "Dois ou três empresários canalhas tentaram me calar por tê-los denunciado, pois não entregaram as obras, além da péssima qualidade. Mas não vão me calar. Só se me matarem!", disse ele.



Dúvidas com relação às obras de asfaltamento

Tanto o Ministério Público de SC como os agentes do Gaeco deixaram pouco claro quando ocorreram as irregularidades praticadas pelos agentes públicos, com relação à Operação Stone, em combate a crimes contra a administração pública e que envolve tanto Lages como São José do Cerrito. Das informações oficiais divulgadas, ficou claro apenas que o objetivo é apurar crimes de corrupção ativa e passiva, com pactuação de vantagens indevidas, mediante favorecimentos recíprocos entre agentes políticos, servidores públicos e empresário do ramo de pavimentação asfáltica. O esquema criminoso, segundo apurado, envolve contratos de pavimentação celebrados com a Prefeitura Municipal de Lages entre os anos de 2017-2024, cujos valores aproximam-se a R\$ 80 milhões. Portanto, não sabemos exatamente como se concretizava o esquema. Se os contratos eram superfaturados para distribuir o dinheiro da obra entre os

envolvidos no processo; ou se a prefeitura pagava por obras não executadas. Sabemos apenas que os agentes recebiam ilícitamente valores em espécie. Sabemos que neste período – durante os dois mandatos da administração anterior - a prefeitura contraiu dois financiamentos no valor de R\$ 50 milhões cada. Pelo que a prefeitura divulgou no período, foram pavimentadas cerca de 400 ruas e mais de 100 quilômetros de estrada, gabando-se de ser a administração que mais pavimentou ruas. Só que na prática, somadas todas as ruas pavimentadas, não chegará ao total divulgado. Por mais que tivéssemos solicitado, jamais nos forneceram a listagem das ruas que receberam pavimentação. O que também chamava atenção foi que, a grande maioria destas obras era de curtos trechos de rua. A maioria não chegava a 200 metros. As empreiteiras recebiam ordens de serviço muito além de sua capacidade de execução. E a própria prefeitura executava obras

de pavimentação utilizando os recursos financiados. E a grande maioria destas obras era de qualidade tão ruim que, mal era executado, o asfalto já estava se esfacelando. Embora não soubéssemos exatamente os problemas detectados, já na época, sabíamos que havia algo de errado no processo por tudo isso que relatamos. Obviamente que, pelo que apura o Gaeco e o Grupo Especial Anticorrupção, isso deverá acabar, também, cair no colo do ex-prefeito Antonio Ceron, ordenador primário. Muito ruim para quem já responde por outros processos bastante graves que o levou à condenação. Para Ceron, este tempo que passou na administração da cidade, foi desastroso, em termos de resultados políticos, e só serviu para macular sua biografia política. Agora, o que queremos do Ministério Público é que nos esclareça exatamente como os fatos ocorreram, até para que seja possível que os gestores se previnam para que não se repitam.

Mais escolas cívico-militares na Serra

O deputado Marcius Machado (PL) reuniu-se com o governador Jorginho Mello para pedir para ampliar o modelo cívico militar em mais escolas de SC. Em especial, a transformação da escola São Judas Tadeu, no Bairro Santa Helena. O pedido foi ampliado, também, para que outros municípios como Correia Pinto, Ponte Alta e Bom Retiro tenham unidades escolares transformadas nesse modelo.



Marcius esteve com o governador para fazer o pedido da escola São Judas Tadeu

Inquérito

O Ministério Público instaurou inquérito para apurar possível enriquecimento ilícito de agente público ocupante de cargo de provimento comissionado do Município de Lages. Trata-se do caso do ex-vereador Leandro do Amendoim, atualmente ocupando cargo em comissão na prefeitura. Pois, apesar de assinar seu controle de frequência normalmente, estaria cursando Direito na Uniplac, com disciplinas no período matutino, em choque com seu horário de expediente no órgão público. A prefeitura forneceu as informações solicitadas, informando que haveria a compensação com horas extras. Mas agora isso está sendo checado.

Em cinco anos

Integrantes do

Pacto pela Aceleração Territorial e a secretária de Turismo, Ana Vieira, apresentaram o projeto do Parque Salto Caveiras. A proposta é, em cinco anos, posicionar o Salto Caveiras como referência nacional em turismo sustentável e inovação urbana, reconhecido por proporcionar experiências transformadoras aos visitantes, preservando a biodiversidade local e impulsionando a economia regional de forma sustentável”, destacou.

Complexas

Segundo o engenheiro Ricardo Costa, coordenador da pasta no Planalto, as obras da revitalização da Serra do Corvo Branco são bastante complexas, e somente agora está ganhando mais volume por causa “da complexidade

do trabalho em função do relevo, solo, adequações de projeto, desapropriações, licenças ambientais e ajustes no traçado. Mas estamos avançando nas duas frentes”, disse ele. É que há muitas críticas com relação à morosidade do trabalho.

Aquisição

Os médicos proprietários do Hospital Nossa Senhora dos Prazeres adquiriram, recentemente, a Clínica Ana Carolina. O objetivo é ampliar suas instalações e procedimentos, uma vez que passa a contar com mais duas salas de cirurgias. Isso permitirá, inclusive, aumentar o número de cirurgias eletivas executadas pela unidade.

Valores não fecham

A Fecam está

solicitando ao governador Jorginho Mello que revise o programa Estrada Boa Rural. Uma das questões que os prefeitos colocam é com relação ao custo da obra. O governo estipula um custo de R\$ 1 milhão por km, mas eles dizem que “o valor referencial de R\$ 1 milhão por quilômetro é incompatível com a realidade de custos de pavimentação em diversas regiões do estado, em função da topografia, das condições geológicas e de drenagem, da distância dos fornecedores e do constante aumento dos preços dos insumos e da mão de obra”.

Diretório

Renovação no diretório municipal do PSD, que tem agora na presidência o ex-vereador Agnelo

Miranda, e como vice, Willy Brun Filho. A comissão é provisória, já que a eleição da Executiva acontece somente no final do ano.

Três estações

Otacílio Costa está prestes a entrar para o seleto grupo de municípios catarinenses que contam com tecnologia de ponta para avaliar a qualidade do ar. Até o fim de outubro deste ano, a cidade terá concluída a instalação de uma estação automática de monitoramento atmosférico, que será a quinta em funcionamento no estado. Otacílio Costa também receberá, ainda este ano, uma estação hidrométrica, que acompanhará em tempo real o nível e vazão do Rio Canoas; e uma estação meteorológica completa.